

PROJETO DE LEI N.º 5.925, DE 2025

(Do Sr. Lucas Abrahao)

Tipifica como crime e infração administrativa o aumento artificial de preços para simular posterior desconto ou vantagem ao consumidor, e dá outras providências.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DEFESA DO CONSUMIDOR (MÉRITO); E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CÍDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº

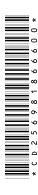
, DE 2025

Tipifica como crime e infração administrativa o aumento artificial de preços para simular posterior desconto ou vantagem ao consumidor, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

- **Art.** 1° Esta Lei altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para tipificar como crime e infração administrativa o aumento artificial de preços com o objetivo de simular posterior redução, desconto ou vantagem ao consumidor.
- **Art. 2º** Art. 2º O Código de Defesa do Consumidor passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:
- Art. 67-A. Aumentar artificialmente preços de produtos ou serviços, com o propósito de simular posterior desconto, promoção, redução ou qualquer vantagem ao consumidor:
- Pena detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.
- §1º Incorre na mesma pena quem, por qualquer meio, manipular, adulterar ou ocultar informações relativas ao histórico de preços, induzindo o consumidor a erro quanto à efetiva vantagem econômica ofertada.
- §2º A pena é aumentada de um terço até a metade quando a conduta ocorrer:
- I em períodos de grande demanda comercial, tais como datas comemorativas, campanhas promocionais, eventos sazonais ou liquidações amplamente divulgadas;
- II na oferta de bens ou serviços essenciais à saúde, alimentação, habitação, educação, transporte ou higiene;
- III por meio eletrônico, plataforma digital, marketplace ou sistema automatizado de precificação.
- §3º A configuração do ilícito penal não afasta a aplicação das sanções administrativas previstas neste Código e em legislação específica.





- **§4º** Sem prejuízo das demais penalidades, a autoridade administrativa poderá determinar:
- I a imediata suspensão da oferta, publicidade enganosa ou prática abusiva;
- II a correção dos preços, restabelecendo-se o valor médio praticado antes do aumento artificial;
- III a restituição em dobro dos valores pagos indevidamente, nos termos do art.
 42;
- IV- a aplicação de multa, observados o porte econômico do fornecedor, a extensão do dano e a vantagem auferida.
- §5º Para fins deste artigo, considera-se aumento artificial qualquer elevação de preço injustificada, abrupta, desproporcional ou destinada a criar percepção falsa de vantagem econômica ao consumidor.
- Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição busca coibir uma prática cada vez mais comum no comércio físico e digital, que consiste em elevar artificialmente o preço de produtos ou serviços dias ou semanas antes de datas promocionais como a "Black Friday" para, em seguida, anunciar falsos descontos que não representam qualquer vantagem real ao consumidor.

Tal conduta, conhecida como maquiagem de preços ou falso desconto, caracteriza dolo direto, destinado a induzir o consumidor a erro e a mascarar a real variação de preços. Além de violar frontalmente os princípios da boa-fé objetiva, da transparência e da informação adequada, provoca distorções concorrenciais e prejudica especialmente consumidores mais vulneráveis.

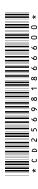
Apesar de o Código de Defesa do Consumidor já prever dispositivos sobre publicidade enganosa, a legislação não tipifica de forma específica esse tipo de fraude, o que dificulta a atuação dos órgãos de fiscalização, como Procons, Ministério Público e Senacon.

O aumento artificial prévio de preços se tornou tão recorrente que passou a ser monitorado por plataformas independentes, revelando ao consumidor que grande parte dos supostos "descontos" não passam de manipulação de preços. O objetivo deste projeto é dar maior rigor jurídico, com tipificação expressa, sanção penal e sanção administrativa proporcionais à gravidade da conduta.

Além disso, a penalização mais severa estimula a concorrência leal, protege os fornecedores que atuam corretamente e fortalece a confiança da população nas relações de consumo.

Diante disso, apresentamos esta proposição como medida de proteção ao consumidor, integridade do mercado e repressão às práticas enganosas,





estando plenamente alinhada aos princípios constitucionais previstos no art. 5°, XXXII, e art. 170, V, da Constituição Federal.

Sala das Sessões,

Deputado Lucas Abrahão







CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 8.078, DE 11 DE	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199009-
SETEMBRO DE 1990	<u>11;8078</u>

EIM	DO	DOCL	IMEN	$\Gamma \cap$
	\mathbf{D}	DUGL		ıv